

## **Capacitação de Conselheiros: Possibilidade de Fortalecimento das Políticas Públicas**

Área Temática de Direitos Humanos

### Resumo

O artigo pretende realizar uma reflexão sobre a importância da capacitação de conselheiros e de direitos numa perspectiva intersetorial. Ressalta função da universidade neste processo por meio da extensão na perspectiva do compromisso da Universidade com as demandas da população brasileira, visando à democratização do Estado e da sociedade brasileiros. Objetivos: Fortalecer a esfera pública por meio do fortalecimento dos espaços de controle social, notadamente os conselhos de direitos e de política pela reflexão crítica a partir da sistematização da experiência de um curso de capacitação. A experiência de curso de capacitação deve propiciar a construção coletiva de uma agenda de proposições. Em São Gonçalo, por meio de oficinas, foram identificadas as principais dificuldades enfrentadas pelos Conselhos e as estratégias para o enfrentamento das mesmas. Há demandas por um trabalho articulado com a Universidade (desde que a mesma esteja acessível, compreendendo a extensão como uma de suas funções precípuas e não como uma venda de serviços) e ela é fundamental para que atividades que articulem teoria, prática e política sejam desenvolvidas com profundidade. O potencial político dos movimentos sociais locais é fundamental para a permanência deste tipo de iniciativa, já que com a mudança do poder executivo municipal, o fórum de políticas públicas acabou não acontecendo.

### Autor

Maurílio Castro de Matos - Mestre em Serviço Social/UFRJ, Assistente Social da Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias/RJ, Professor Assistente da Faculdade de Serviço Social, Integrante do Projeto “Políticas Públicas de Saúde: O Potencial dos Conselhos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”.

### Instituição

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Palavras-chave: conselhos de direitos e de política; capacitação; extensão.

### Introdução e objetivo

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a capacitação de conselheiros de direitos e de políticas enquanto uma estratégia para o fortalecimento das políticas públicas, entendendo-a como um processo crítico e criativo e não uma atividade tecnicista e dirigida para aqueles que supostamente nada sabem. Ao contrário, este processo é entendido como uma troca de saberes diferenciados, que se posiciona no fortalecimento dos interesses da maioria da população no que se refere à necessidade de políticas públicas, tal qual garantida estrategicamente na Constituição Federal de 1988.

Para tanto, este artigo se inicia com uma discussão sobre os desafios a esse tipo de trabalho na conjuntura atual para, posteriormente, a par de uma experiência concreta, refletir sobre essa estratégia.

Acredita-se que a Universidade tem um papel social fundamental neste processo, devendo socializar o conhecimento produzido, com vistas a fornecer instrumentos para os segmentos comprometidos com a democratização do Estado e da sociedade brasileira.

A questão da capacitação de conselheiros

A sociedade brasileira, como o conjunto das sociedades do mundo, está passando por profundas transformações, onde são revistos, de forma avassaladora, os parâmetros e idéias que sustentavam ou questionavam estas sociedades. Para alguns isto é a superação do projeto civilizatório da modernidade; melhor nomenclaturando, se estaria na pós-modernidade. Já para outros esta superação é sumamente perigosa e perversa, pois haveria um recuo frente aos avanços inegáveis da modernidade, podendo caminhar para a barbárie (Coutinho,1972. Rouanet,1993).

Essa discussão macro se reflete no cotidiano da implementação das políticas sociais - sob a égide do projeto político atualmente hegemônico, o projeto neoliberal - sendo direcionada, assim, para a defesa de que a modernidade já é um projeto superado. Cabe lembrar que o projeto neoliberal surge no Brasil na década de 90, após efeito devastador em vários países do mundo. Este projeto ganha fôlego após a década de 70, como alternativa a mais uma crise do capitalismo, propondo a redução do Estado na arena do social e o mercado como o agente regulador. O citado projeto não cumpriu sua principal promessa, de reativação da economia: ao contrário, aumentou a desigualdade, com taxas de desemprego nunca vistas. A inserção do Brasil neste projeto foi tardia (em relação à própria América Latina) e subalterna, quando já era visível a crise que este projeto levou aos países onde já tinha sido implantado (Tavares Soares, 1999). Atualmente, no plano internacional, nenhum dos seus ideólogos defende o projeto neoliberal stritu senso. Exemplo cabal têm sido as intervenções de James Williamson (conhecido como o idealizador do Consenso de Washington / Banco Mundial) na mídia de que é necessário implementar políticas públicas (pontuais) para segmentos pauperizados.

É notório que, na atualidade brasileira, a defesa por uma sociedade justa não passa mais pelo âmbito da sua garantia legal, uma vez que os direitos sociais, na sua maioria, já são regulamentados, como – por exemplo – a Lei Orgânica da Saúde (1990), a Lei Orgânica da Assistência Social (1993) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) que foram sancionadas após a promulgação da Constituição Federal de 1988 em períodos diferenciados, de acordo com a correlação de forças em cada política setorial. O que perpassa é a luta pela efetivação desses direitos, que mesmo não tendo sido implementados, já são alvos de críticas negativas e destruição. Exemplo cabal é a “reforma” do Estado, defendida pelo governo de FHC e seus intelectuais, que afirmavam ter a Constituição Federal de 1988 provocado um engessamento do Estado (Brasil: 1995). Hoje se ataca a concepção de políticas públicas inscritas legalmente, afirmando-se que estas são inviáveis. No entanto, poucas são as experiências efetivas de implementação e mesmo assim, são elas que mostram que esse sistema de políticas públicas é viável e clareiam o que está por trás desta divergência, apenas aparentemente técnica: que é a disputa entre projetos políticos antagônicos.

Nos termos de Yamamoto têm-se, de um lado, um projeto de caráter universalista e democrático (do qual a seguridade social da Constituição Federal de 1988 é uma expressão) que não é uma ilusão, mas sim uma possibilidade real, já que tem bases históricas reais, pois é sustentado por forças vivas da sociedade. No outro extremo há um projeto de inspiração neoliberal, que subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, subvertendo, assim, o preceito constitucional (Yamamoto. 2002: 32-33).

Então, mesmo com a institucionalização das políticas públicas, no marco legal tornaram-se necessários, para os seus defensores, sua divulgação e incorporação por parte da sociedade.

Nesse contexto, emergem como espaços fundamentais no processo de construção das políticas públicas os conselhos de direitos e de políticas, que devem ser entendidos como espaços de disputas, já que nas suas composições existem segmentos com diferentes interesses (usuários, gestores públicos e privados, e trabalhadores da área), que lutam por hegemonia nas deliberações do Conselho com vistas a efetivar ou não a política pública.

Assim, os Conselhos não se devem constituir em apenas mais um espaço burocrático no Estado. Demanda-se, portanto, de todos os seus conselheiros conhecimentos técnicos mínimos, além de políticos. Ambos acontecerão com a socialização da informação.

Cabe apontar o diferencial político entre os conselhos já que, por exemplo, nos conselhos de assistência e da criança e do adolescente, há dificuldade de representação dos próprios usuários, pois os 50% da composição do conselho (que são destinados a este segmento) são ocupados, na maioria, por Organizações Não Governamentais que também estabelecem convênios com o poder executivo para a prestação de serviços. Já o conselho de saúde, além de ter maior participação de entidades dos usuários (o que não impede que os chamados clubes de serviços também ocupem assento na área dos usuários), conta também com a resolução 33 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece que os outros 50% do Conselho devem ser compostos por 25% dos gestores e prestadores e 25% por trabalhadores da área. Sobre a composição dos conselhos de saúde, ver Bravo (2001). Sobre os desafios ao controle social na área da assistência social, consultar Raichelis (1998).

Sendo assim, cabe aqui compreender o desafio hoje colocado para os institutos de pesquisa, universidades, núcleos de estudos e outros, que é o de prestar assessorias, que envidam esforços para a apropriação e sistematização deste conhecimento por parte dos movimentos organizados da sociedade civil e dos trabalhadores defensores das políticas públicas, na medida em que na atual realidade se lhes exige uma postura propositiva.

Considera-se que o conhecimento teórico e político é um componente importante para a luta pela efetivação da política pública, sendo a democratização do conhecimento uma estratégia para o controle social, que significa a participação da sociedade civil na elaboração, implantação e fiscalização das políticas públicas. Logo a participação de amplos setores da sociedade na construção de um projeto societário radicalmente compromissado com a democracia.

Todo trabalho educativo faz emergir algumas questões de fundo, das quais a central é: educar a quem e a partir do que? É no conteúdo desta resposta que poderemos identificar as possibilidades do resultado, ou seja, a depender do paradigma a ser adotado se poderá chegar a resultados concretos ou não.

A nossa compreensão acerca deste processo reconhece a importância do conhecimento técnico, mas não desmerece o conhecimento da população e também os mecanismos de alienação a que ambos estão submetidos, questão esta que deve ser problematizada permanentemente. Sendo assim, o processo de ensino e aprendizado é entendido enquanto mútuo e uma troca de saberes diferenciados. Logo, não basta ter uma boa intenção: é necessária articulá-la a uma perspectiva crítica que vincule as questões enfrentadas pela população no cotidiano com as questões mais amplas e conjunturais, tendo como pano de fundo a perspectiva de transformação da atual ordem societária. É através desta perspectiva que se conseguirá resultado concreto no que tange ao trabalho de capacitação com os conselheiros de direitos e de políticas. A partir desta compreensão é que no próximo item será analisada uma experiência de capacitação de conselheiros.

## Metodologia

A experiência de um curso de capacitação para o conjunto de conselhos de uma cidade  
Caracterização do Município

O município de São Gonçalo integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo o segundo colégio eleitoral do Estado. Segundo o IBGE (apud: PMSG: 2001), em 2000 a sua população era de 889.828 habitantes, sendo 428.732 homens e 461.096 mulheres. A população é eminentemente jovem, já que 16,9% possuem menos de 10 anos e 18,7%, de 10 a 19 anos. Cabe ressaltar que a população em idade produtiva (15 a 59 anos) corresponde a 65,7% e a população idosa (acima de 60 anos) constitui 8,1%.

A cidade ocupa uma área de 251,3 Km<sup>2</sup>, sendo dividida em cinco distritos: 1º - São Gonçalo; 2º - Ipiúba; 3º - Monjolos; 4º - Neves; 5º - Sete Pontes. Eles se subdividem em 90 bairros, que recebem uma ocupação diferenciada, já que o primeiro distrito detém 46,29% dos municípios; o segundo, 11,19%; o terceiro, 17,37%; o quarto, 14,90%; e, por fim, Sete Pontes, 10,25%. A densidade demográfica do município é de 3.504 habitantes por Km<sup>2</sup>.

A rede de ensino da cidade é composta por 177 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 31 estabelecimentos de ensino fundamental e 81 de ensino médio (PMSG: 2001). O município também possui duas instituições de ensino consolidadas (a UERJ, através da sua Faculdade de Formação de Professores, e a UNIVERSO, de origem privada) e uma em início de atividades, a Faculdade Paraíso.

A rede pública de atendimento à saúde é composta por 01 hospital geral, 01 hospital infantil, 02 pronto-socorros, 01 Serviço de Pronto Atendimento, 05 Postos de Assistência Médica, 05 centros de saúde (que se constituem em Pólos Sanitários), 43 unidades de saúde e 05 centros de saúde da família. O município também realiza convênios com o setor privado (PMSG: 2001).

O saneamento básico na cidade é precário: o abastecimento de água é considerado crítico em 14,4% dos domicílios, há esgotamento sanitário apenas em 33,81% e a coleta de lixo só atende a 15,35% das residências. Apenas 1.040 ruas, das 5.866, possuem galerias de águas pluviais, sendo que 18 bairros não recebem drenagem alguma e apenas 06 bairros a possuem em mais de 50% de suas ruas. Os rios do município recebem esgoto sem tratamento e enfrentam ocupação de construções ilegais em suas margens, fato que também ocorre nos manguezais. O lixo recolhido pela prefeitura é depositado numa área de Proteção Ambiental, sem nenhum tratamento, sendo ocupado por catadores e diversos animais domésticos (PMSG: 2001).

A rede pública de atendimento na área da assistência social, em agosto de 2001, era composta pela Superintendência de Ação Social, por 02 Conselhos Tutelares, pelo Centro de Orientação à Mulher, pelo Centro Municipal de Orientação ao Dependente Químico, pela Casa de Apoio à Adolescente, pela Fundação da Infância e Adolescência de São Gonçalo, pelos 05 Pólos do Núcleo de Atendimento à Família e pelos 05 Pólos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. A Secretaria responsável por esta área também estabelece convênios com entidades privadas.

O processo de construção do Curso de Capacitação

O curso de capacitação de conselheiros de São Gonçalo surgiu como uma demanda de um grupo de técnicos da SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – da cidade, com vistas a dar concretude a uma deliberação da Conferência Municipal de Assistência Social de São Gonçalo de 1999. Observaram os técnicos, àquela época, a necessidade de envolver a Universidade nesta iniciativa. Daí foi contactada a equipe do projeto “Políticas Públicas de Saúde: O Potencial dos Conselhos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, coordenado pela professora Maria Inês Souza Bravo da Faculdade de Serviço Social da UERJ, que já havia desenvolvido trabalho de assessoria aos movimentos sociais de defesa da política pública de saúde na cidade. Durante a assessoria desenvolvida, cabe ressaltar a elaboração do Plano Municipal de Saúde, construído em conjunto com os movimentos populares e com profissionais de saúde, em 1992, mas nunca implementado pelo executivo municipal; a participação na organização do II Seminário de Saúde, em 1993, que devido à ampla participação recebeu o reconhecimento similar ao de Conferência de Saúde; e a condução do Fórum de Estudos Populares de Saúde, entre 1994 e 1996, que era um espaço de articulação da sociedade civil para as reuniões no Conselho Municipal de Saúde. Sobre a municipalização da saúde em São Gonçalo, ver Gasparly (1996). Assim, juntando intenções da defesa qualificada do exercício do controle social, o curso começou a ser gestado.

Foram realizadas dez reuniões entre os representantes da SMDS de São Gonçalo e do Projeto da UERJ. Nestas reuniões foram discutidas coletivamente as temáticas que seriam abordadas e a metodologia apropriada. O curso ficou estruturado em seis módulos, cada qual era composto por aulas-dia que, ao todo, totalizaram 20 encontros semanais com duração de duas horas, num período de quatro meses e duas semanas. O procedimento metodológico foi a exposição dialogada com o auxílio de recursos audiovisuais. Os encontros foram conduzidos por profissionais – da UERJ, da SMDS e convidados – especialistas nas temáticas, Os módulos foram: Estado e Controle Social nas Políticas Públicas; As Políticas Sociais no Brasil; Políticas Sociais e Reforma do Estado; As Políticas Setoriais; Diagnóstico Social do Município de São Gonçalo; Análise da Atuação dos Conselhos do Município de São Gonçalo. Participaram do curso os seguintes Conselhos: antidrogas, direitos do idoso, assistência social, orçamento participativo, direitos da mulher, conselho tutelar, educação, comissão de emprego, saúde, direitos da criança e do adolescente e o de direitos dos portadores de necessidades especiais. Inicialmente o curso não previa vagas para o Conselho Tutelar, já que a sua função e composição são diferentes dos demais conselhos. Entretanto, a participação no curso foi uma requisição dos conselheiros tutelares.

Essa experiência foi considerada como relevante pelo Programa de Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no seu Ciclo Anual de Premiação 2.000. Tal programa elaborou artigo sobre essa experiência de capacitação, onde apresentou o que julgou como “observações principais”: que o curso previu uma capacitação de políticas e não específica, já que sua abrangência era intersetorial; o interesse dos coordenadores do curso em desdobrá-lo em um fórum, mediante articulação com os conselhos; que pelo curso ser um programa piloto, as suas estratégias estavam sendo reinventadas no decorrer do processo; atentaram para o fato que o curso começou com 60 participantes e finalizou com 30 alunos; que o curso foi pensado com a preocupação da renovação dos conselheiros; que o sistema de avaliação do curso vinha se dando através de reuniões entre os técnicos da SMDS e do Projeto da UERJ; e, por fim, que apesar de ser um curso vinculado a uma secretaria de governo, a sua organização se deu com a participação de técnicos sem cargos comissionados. Um nó crítico identificado foram os indicadores de mensuração, considerados demasiadamente qualitativos, uma vez que pensados de forma continuada e dialética, recebendo o retorno dos participantes para propor novas estratégias. Daí a equipe da FGV sugere um acompanhamento da espécie de uma “pesquisa participante”.

## Resultados e discussão

Sobre as questões levantadas acima, sentimos a necessidade de dialogar com dois itens. Primeiro aquele que se refere à evasão. Este curso teve uma duração considerada longa, o que pode ter se esbarrado com os compromissos cotidianos das pessoas. Sobre a identificação daquilo que foi denominado de “nó crítico”, cabe ressaltar que há, por um lado, sentido na crítica, já que para o Projeto a experiência de capacitação não se dá apenas como uma atividade e, sim, num contexto de assessoria onde, através da pesquisa participante, pode-se acompanhar a posteriori os avanços concretos dos efeitos da capacitação. Daí, não por acaso, o estímulo do curso à criação de um fórum permanente de política pública em São Gonçalo. Mas, por outro lado cabe também ressaltar – o que não houve tempo hábil de ser do conhecimento da equipe da FGV – que o curso passou por avaliação pelos alunos, como também por parte da equipe que o organizou.

### Avaliação da experiência do Curso

Neste item recuperaremos a avaliação do curso sob dois pontos de vista. O primeiro será uma síntese do balanço realizado pelos alunos. A segunda será a reflexão empreendida por integrantes da equipe do projeto “Políticas Públicas de Saúde: O Potencial dos Conselhos

da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, em trabalho apresentado em um Encontro científico.

Ao término do curso foi distribuído aos alunos um questionário para avaliação. O questionário foi composto por oito questões, que foram sistematizados por Araújo (2000).

Quanto ao objetivo proposto pelo curso 50% consideraram que o curso atingiu os objetivos, 37,5% consideraram que o alcance foi parcial e 6,25% não responderam.

Em relação aos expositores: 56,25% consideraram muito bom o domínio do conteúdo dos mesmos, 31,25% bom e 12,5% não responderam; em relação à clareza das exposições 62,5% acharam muito boa, 31,25% boa e 6,25% não responderam; sobre a relação dos expositores com os participantes 81,25% avaliaram como muito boa, 12,5% boa e 6,25% não responderam. Sobre os recursos didáticos utilizados pelos mesmos, 25% acharam muito bom, 37,5% bom e 37,5% regular.

No que se refere ao material didático entregue aos participantes, 43,74% afirmaram ter contribuído para a compreensão dos temas, 31,25% mais ou menos e 25% não responderam. E sobre a quantidade de material, 37,5% acharam suficiente, 50% insuficiente e 12,5% não responderam.

No item críticas e sugestões 25% dos participantes sugeriram a continuação do curso, 12,5% reciclagem, 6,25% melhorar os recursos didáticos, 6,25% aprofundamento de alguns temas e 50% não fizeram críticas e nem sugestões.

Portanto, podemos avaliar que frente à heterogeneidade de interesses (na medida em que geralmente cada conselheiro quer discutir questões imediatas referentes à experiência no conselho em que está inserido) o curso teve êxito, pois através de discussões intersetoriais se obteve a aprovação da maioria dos participantes, o que confirma que perceberam que as questões enfrentadas não são específicas apenas dos conselhos em que atuam.

Na reflexão realizada pelos integrantes do projeto “Políticas Públicas de Saúde: O Potencial dos Conselhos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, as dificuldades identificadas na experiência, foram: o trato das políticas setoriais de forma genérica e sem articulação com o controle social; pouca disponibilidade de informações sistematizadas sobre a experiência de vários Conselhos Municipais, como por exemplo, da Mulher, Idoso e Entorpecentes; e a dinâmica utilizada em determinados momentos considerada exaustiva pelos participantes. Por outro lado, os avanços identificados da experiência foram: reflexão por parte dos conselheiros da importância e necessidade de articular as áreas; identificação de outros mecanismos de controle social; início de sistematização de documentos sobre o perfil sócio-econômico do município; conhecimento das distintas experiências de participação popular na deliberação de políticas; discussão da importância de um fórum sobre a política local (Bravo; Santos; Costa. 2000).

## Conclusões

A experiência em São Gonçalo apresentou alguns pontos relevantes:

Os trabalhadores podem cumprir um papel fundamental no controle social, já que o curso foi uma iniciativa de um conjunto de técnicos. Entretanto, cabe ressaltar dois aspectos fundamentais: os técnicos tinham estabilidade no emprego (eram concursados) e a equipe contou com autonomia por parte dos gestores da SMDS.

Há demandas por um trabalho articulado com a Universidade (desde que a mesma esteja acessível, compreendendo a extensão como uma de suas funções precípuas e não como uma venda de serviços) e ela é fundamental para que atividades que articulem teoria, prática e política sejam desenvolvidas com profundidade.

Além do conteúdo é necessário que esses tipos de assessoria, bem como os movimentos sociais e dos trabalhadores, se preocupem com estratégias metodológicas participativas e mais prazerosas.

A experiência de curso de capacitação deve propiciar a construção coletiva de uma agenda de proposições. Em São Gonçalo, por meio de oficinas, foram identificadas as principais dificuldades enfrentadas pelos Conselhos e as estratégias para o enfrentamento das mesmas. Esta experiência está sistematizada em um documento intitulado “Uma experiência de controle social: o caso dos conselhos de São Gonçalo”, de autoria de Cláudia G. Santos e Dácia C. Teles, que contou com a supervisão técnica de Maria Inês Bravo.

A política de incentivo do executivo municipal para com os servidores pode interferir neste tipo de trabalho. Praticamente todos os servidores que se envolveram na organização do curso se afastaram, posteriormente, do município (por meio de licenças sem vencimento ou pedido de exoneração), devido à insatisfação com o desmantelamento do trabalho desenvolvido nas diferentes frentes de ação da SMDS, o que se agravou com a histórica má remuneração dos servidores públicos neste município.

O potencial político dos movimentos sociais locais é fundamental para a permanência deste tipo de iniciativa, já que com a mudança do poder executivo municipal, o fórum de políticas públicas acabou não acontecendo.

Enfim, compreende-se que este tipo de trabalho está intrinsecamente interligado à realidade, que é permeada por oscilações na conjuntura. Assim, não se pode entendê-lo como um continuum, mas sim, como um processo permeado por fluxos, como também por refluxos. A experiência do curso certamente contribui para o fortalecimento das forças democráticas na cidade de São Gonçalo.

Indo para além do local, acredita-se que essa experiência contribui para que se construam iniciativas de articulação intersetorial entre as políticas públicas, já que somos sabedores que seu enfrentamento se dá fragmentado por uma exigência do capitalismo, que não pode encarar que as políticas públicas surjam como uma estratégia de amenizar os problemas sociais que são frutos da desigualdade que inexoravelmente o capital pressupõe. Contraditoriamente, é no atual contexto de brutal ausência de políticas públicas que se pode, através da revolta e da dor, encontrar meios de articulação para uma resistência coletiva ao atual projeto hegemônico. Espaços como os cursos de capacitação podem ser uma das estratégias.

#### Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Patrícia S. X. Tabulação dos Questionários de Avaliação do Curso de Conselheiros de São Gonçalo. Rio de Janeiro, 2000. (mimeo).
- BRASIL. Plano diretor da reforma do Estado. Brasília, 1995.
- BRAVO, Maria Inês; SANTOS, Cláudia G.; COSTA, Dácia C. T. A experiência inovadora do curso de capacitação para conselheiros do município de São Gonçalo. In: II Encontro Nacional de Serviço Social na esfera da Seguridade Social, 2000. Caderno de Comunicações... Porto Alegre: CFESS, CRESS, ABEPSS, 2000.
- BRAVO, Maria Inês. Gestão democrática na Saúde: o potencial dos Conselhos. In: BRAVO, Maria Inês e PEREIRA, Potyara. Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez / UERJ, 2001. p. 43-65
- COUTINHO, Carlos Nelson. O problema da Razão na Filosofia Burguesa. In: O Estruturalismo e a miséria da Razão. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- DUTRA, José Luís A.; COUTINHO, Marcello M. Relatório de avaliação do Programa de Capacitação para Conselheiros Municipais de São Gonçalo. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, nº 05, set./out. 2000.
- GASPARY, Marisa. A municipalização da saúde em São Gonçalo. 1996. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

IAMAMOTO, Marilda. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. Atribuições privativas do(a) Assistente Social: Em Questão. Brasília, 2002.

PMSG / SEMSA / FMS / SUS. Programa de Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde. São Gonçalo, 2001.

RAICHELIS, Raquel. Esfera pública e os conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática São Paulo: Cortez. 1998. 303p.

ROUANET, Sérgio Paulo. Mal-estar na modernidade. São Paulo: Cia das letras, 1993.

TAVARES SOARES, Laura. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Rio de Janeiro: UFRJ / EEAN, 1999. 368p.